



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº 1051/08	DATA: 08/07/2008
INÍCIO: 14h21min	TÉRMINO: 16h28min	DURAÇÃO: 02h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h06min	PÁGINAS: 52	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO PEREIRA DA SILVA – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Representações de nº 31, de 2008, da Mesa, e nº 32, de 2008, do PSOL, apensada, em desfavor do Deputado Paulo Pereira da Silva.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Havendo número regimental, declaro aberta a sétima reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Esta reunião tem por finalidade tratar das Representações de nº 31, de 2008, da Mesa, e nº 32, de 2008, do PSOL, apensada, em desfavor do Deputado Paulo Pereira da Silva.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da sexta reunião.

Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata,

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Em discussão. *(Pausa.)*

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Todas as Sras. e Srs. Deputados têm sobre suas pastas os requerimentos do Sr. Relator na íntegra.

Requerimentos do Sr. Relator, Deputado Paulo Piau, referentes ao Processo nº 08, de 2008, em desfavor do Deputado Paulo Pereira da Silva.

Requerimento nº 002, de 2008, de envio de relatório do diretor do DEPOL.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 003, de 2008, de oitiva do responsável do gabinete do Representado, Deputado Paulo Pereira da Silva.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 004, de 2008, de oitiva das testemunhas Wilson de Barros Consani, Adriana Consani, João Pedro de Moura, Elza de Fátima Costa Pereira, Marcos Vieira Mantovani, Ricardo Tosto de Oliveira, José Ferraz Gaspar de Campos, Antônio Diniz, Alberto Mourão, Boris Bitelman Timoner, Manoel Fernandes



de Bastos Filho, Jamil Issa Filho, Eleno José Bezerra, o Presidente da ONG DataBrasil — temos de pesquisar o nome do Presidente da ONG DataBrasil — e Elvio Lima Gaspar.

São essas as testemunhas que o Relator coloca em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente, pergunto ao Relator se nessa lista de testemunhas abaixo arroladas consta o nome do Presidente do BNDES.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Mais alguma dúvida?

Requerimento nº 004.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que estão a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 005, de 2008, de informações do BNDES.

As Sras. e os Srs. Deputados têm este requerimento, na íntegra, em suas pastas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que forem a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 006, de 2008, de oitiva do Sr. Dr. Rodrigo Levin, Delegado da Polícia Federal, Superintendência Regional do Estado de São Paulo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que estão a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.



Passamos para o seguinte item da pauta: depoimento do Deputado Paulo Pereira da Silva, Representado no Processo nº 08, de 2008, representações 31, de 2008, da Mesa, e 32, de 2008, do PSOL, apensado.

Convido para ocupar esta cadeira o Deputado Paulo Pereira da Silva. Convido também o Dr. Leônidas Ribeiro Scholz, se quiser ocupar uma cadeira ao seu lado.

As cópias dos autos, dos documentos recebidos do Supremo Tribunal Federal, resguardados por segredo de Justiça, recebidos pela Corregedoria, ressalvados como sigilosos, estão à disposição na Secretaria do Conselho para consulta do Representado, dos advogados e dos membros deste Conselho. A qualquer momento, então, tanto o advogado quanto o próprio Deputado Paulo Pereira e os senhores do Conselho estarão à disposição aqui na Secretaria.

Da oitava. Inicialmente, o Deputado Paulo Pereira da Silva usará da palavra para suas considerações pelo tempo que for necessário.

Esclareço que se começar a Ordem do Dia, nesse momento, regimentalmente, nada mais vale do que acontece aqui no Conselho. Então, temos de decidir se vamos interromper. No momento em que ocorrer isso, vou informar, porque qualquer ato, qualquer depoimento, enfim, perde o valor, de acordo com o Regimento Interno. O que pode ser feito é, após a Ordem do Dia, retornarmos e darmos seguimento à reunião.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Depois de começar a Ordem do Dia, temos de suspender a reunião ou não podemos votar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Temos de suspender. Pelo menos regimentalmente eu entendi assim. Suspendemos e retornamos depois. Vamos combinar. Porque não adianta tocarmos a reunião aqui e depois ela ser anulada por força de lei.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Sr. Presidente, nas demais Comissões, normalmente não se suspende, mas não se vota. Nas demais Comissões não se vota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Diz o Regimento:

“Art. 46.....

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional”.

Ou seja, não pode coincidir. Então, teria que ser suspensa e voltar depois.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Obrigado.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Leonardo.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, eu queria também dar uma contribuição nessa questão do encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Sim, certo.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Tendo em vista a importância das nossas reuniões, que hoje e também nas próximas, se fosse possível, que nos reuníssemos em outro horário, talvez na parte da manhã, para podermos evitar essa coincidência com o horário da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - É boa a sugestão, Deputado. O Presidente vai acatar essa sugestão.

Mais alguém solicitou a palavra? (*Pausa.*)

Registro a presença da Deputada Luciana, do PSOL, candidata a Prefeita de Porto Alegre.

Passamos, então, à oitiva inicial do Deputado Paulo Pereira da Silva, que terá tempo livre para suas considerações e sua defesa. Depois falará o Relator. O Relator, a qualquer tempo, pode ter a palavra também.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Pereira da Silva.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sr. Presidente, Sérgio Moraes; Sr. Relator, Paulo Piau; Sras. e Srs. Deputados; demais presentes, para mim é muito difícil estar aqui nesta cadeira agora. Minha vida sempre foi construída



nas ruas, nas portas de fábricas, nas brigas pelos amigos e companheiros trabalhadores. Naqueles lugares, senhores, eu me sinto à vontade. Aqui, de terno e gravata e tendo o Regimento, o constrangimento do Regimento e das formalidades... Por isso quero pedir desculpas antecipadamente se porventura me comportar de forma pouco convencional. Eu acredito na Justiça, eu acredito nos homens, eu acredito em Deus. Eu sei que os pilares da democracia estão assentados sobre instituições humanas e, portanto, merece todo o nosso cuidado ao tratarmos dela. Uma sociedade só se faz bem, na minha modesta maneira de pensar, quando tem partidos políticos, sindicatos, Legislativo, Judiciário e imprensa livres e autônomos. Ninguém pode mais do que ninguém e ninguém será melhor que ninguém. Eu acredito na liberdade, na igualdade e na fraternidade. A oportunidade de estar aqui agora, apesar do meu desconforto, é por mim esperada há muitos dias, há vários dias. Aqui eu poderei, olhando nos olhos dos meus pares, responder às insinuações que vêm repetidamente sendo apresentadas contra mim. Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha vida não me permite ter medo, minha vida não me permite correr da luta, minha vida só me permite lutar até hoje. Por isso, quero claramente declarar: eu sou inocente do que me acusam. E não aproveitei a oportunidade oferecida pelo Regimento de renunciar ao meu mandato para manter meus direitos políticos. Senhores, se eu corro, perco o que tenho de melhor: a minha dignidade e o respeito dos meus pares. No meu passado há histórias de lutas que me ajudaram a ser como sou: companheiro, amigo e parceiro. Alguns colegas aqui da Câmara, em algum momento, podem ter me achado agressivo e até mesmo arrogante. A esses devo dizer que, às vezes, fui mesmo, mas não pela vaidade, e, sim, pelo meio de disputa em que fui criado. As coisas na vida sindical não são flores, e nós aprendemos a arrancar os espinhos de nossas próprias costas e reagir. Aqui nesta Casa, e particularmente com esse episódio que me aflige, aprendi muito e conheci muita gente boa e paciente. Por isso venho pedir: ouçam-me e julguem-me com fraternidade e paciência; dêem-me a presunção da inocência onde não houver certezas. Srs. Deputados, duas pessoas, ao telefone, falam em dividir uma parte do Paulinho. Essas pessoas estão sendo investigadas pela polícia. Uma dessas pessoas é ex-assessor da Força Sindical, entidade que tenho a maior honra de presidir, é ex-Conselheiro do BNDES. Ele é o João Pedro de Moura. Foi quem citou



o meu nome. Não nego que o conhecia, e bem, e que ele várias vezes me visitou no gabinete da Câmara, assim como muitos outros meus amigos o fazem. Não nego que o Paulinho citado tem tudo para ser o Paulo Pereira da Silva, porque a conversa induz a isso, mas nego veementemente que eu tenha qualquer participação naquela suposta divisão. Não precisamos ir longe. Quem dos senhores não conhece alguém que se aproveitou do parentesco para contar vantagens? Até o Presidente Lula teve um irmão assim. Lembram do caso do Vavá? João Pedro, em depoimento à Justiça, já confessou que usava o meu nome para aumentar o prestígio e auferir melhor remuneração pelo serviço que ele prestava. Isso era verdade. O Dr. Ricardo Tosto, um dos advogados mais conceituados do Brasil — e ele só foi indicado para o Conselho do BNDES por isso... As conversas que mantive com ele ao telefone, após a sua libertação, traduzem minha irritação e impaciência com o ocorrido, mas também traduzem meu respeito ao mandato e às instituições, porque me socorro da lei para inquirir e convidar o Ministro da Justiça. Não foi constrangimento de convocá-lo sobre o que estava acontecendo. Digo que vou procurar o Presidente Arlindo Chinaglia para ver o que poderia fazer. Ora, me socorro com o mais alto companheiro desta respeitada Casa. Como posso eu ter usado de alguma prerrogativa em benefício próprio ou de terceiros? O Dr. Ricardo Tosto, meus amigos, acabava de sair da cadeia e esperava do amigo uma ação de indignação e solidariedade. Isso eu não nego a ninguém, principalmente sabendo que o mesmo estava sendo vítima da mesma mentira que me atingia. Srs. Parlamentares, eu não usei o meu mandato irregularmente. O Cel. Consani também falou comigo ao telefone e foi gravado. A primeira vez, no dia anterior à prisão, me dizia que “*amanhã deverá ocorrer a operação*”. No dia seguinte, pela manhã, me disse que estava sendo preso naquele momento. Eu me expressei com um “caramba!”, de tão atônito que fiquei. O caso é que o coronel reformado presta, há algum tempo, serviços de segurança nos eventos da Força Sindical, e tem sido muito útil. Ocorre que em setembro de 2007 uma de minhas filhas disse-me que estava sendo perseguida. Pedi ao coronel para verificar o que se passava. Eu tinha medo que pudesse ocorrer algo de mau com a minha filha. Após a investigação, ele me informou que eram policiais civis do Estado de São Paulo, que o seguiram com o intuito de me prejudicar. Não sei com que intenção. Sabendo disso, procurei a



Justiça e fiz uma representação relatada a descoberto. Ela está registrada no dia 18 de outubro na Procuradoria da República do Estado de São Paulo. O que o coronel queria me dizer ao telefone refere-se àquela operação. Daí minha surpresa quando, no outro dia, fiquei sabendo que ele estava sendo preso. Foi isso. E só disso que tratamos ao telefone. Eu cuidada da segurança da minha filha, e ele me ajudava. Daí começaram a surgir outras suspeitas, e elas atingiram a instituição Meu Guri, que cuida de crianças em São Paulo. É verdade que em 2001 o BNDES doou cerca de 1 milhão, 328 mil reais para a construção do projeto. É função social do BNDES. O dinheiro foi usado junto com diversos outros captados por *shows* de cantores amigos para a construção da sede, na Serra da Cantareira, em São Paulo. Essa sede tem 19 mil metros quadrados, sendo 9 mil metros de construção no valor aproximado de 4 milhões de reais que gastamos para a construção. A instituição prestou contas e estas contas foram aprovadas integralmente. A partir daí, nesses últimos 6 anos, não entrou um centavo sequer de dinheiro público no Meu Guri. O trabalho lá desenvolvido poderá ser avaliado a qualquer momento por qualquer um dos senhores e senhoras aqui presentes. Disseram e apresentaram uma foto de uma mansão na praia que minha mulher teria comprado por 220 mil reais, sendo 160 mil em cheque e 60 mil em dinheiro. A foto que ilustra a reportagem mostra um condomínio de 14 casas. A minha mulher comprou apenas uma delas, com 100 metros quadrados, sendo 50 metros em cima e 50 metros embaixo. O dinheiro para a compra do apartamento foi retirado da sua conta bancária, conforme atesta a declaração de renda, e parte em dinheiro, conforme o pedido da vendedora. Assim, compramos uma casa modesta, com 100 metros quadrados, a mais ou menos 3 quilômetros da praia, com o nosso dinheiro declarado. Outras insinuações na imprensa dão conta de que cheques deveriam ser destinados a mim. Como não sabia e não sei até onde isso iria parar, eu e minha mulher abrimos nosso sigilo bancário e fiscal para tentar cessar essa onda de acusações. Senhores, não tenho medo de enfrentar a verdade e minhas responsabilidades, porque foi assim que conduzi minha vida. Eu estou à disposição de todos para os questionamentos e, se esqueci de tratar de algum assunto nesta exposição, não foi por omissão ou medo. Foi por mera falha, que corrigirei após o questionamento dos senhores. A verdade é



uma só e nela eu confio. Quero me colocar à disposição de todos vocês para responder toda e qualquer pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Paulo Pereira, agradeço a V.Exa. a intervenção.

Passo a palavra, de imediato, ao Relator, Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, Deputado Paulo Pereira da Silva, senhores advogados, Dr. Leônidas, Dr. José Antônio, Dr. Veríssimo, senhoras e senhores presentes, na verdade, estamos com uma incumbência bastante grande, mas assumimos um compromisso perante os pares, os nossos companheiros do Conselho de Ética, que considero um conselho maduro, um conselho de pessoas experientes, de nos aprofundar ao máximo nessa questão, já que o caso é de repercussão nacional, e de fazer um trabalho, Sr. Presidente, com a transparência necessária.

Evidentemente já tive oportunidade de pedir aos conselheiros o apoio para que todos, realmente, possam se aprofundar em todos os documentos presentes neste Conselho de Ética, lembrando, mais uma vez, que o Conselho de Ética não tem poderes de investigação. O Conselho de Ética analisa os documentos que aqui chegam. Essa é tão-somente a nossa missão.

Evidentemente, queremos, de antemão, agradecer o apoio a outras instituições que estão aqui, com toda a boa vontade, para colaborar com o Conselho de Ética nessa empreitada e também a própria imprensa, que considero uma peça fundamental para nos auxiliar em todo esse trabalho.

Para ir direto ao assunto, nós estamos aqui tratando de uma denúncia e, como denúncia, nós a consideramos extremamente grave, porque são recursos públicos que estão sendo desviados, numa operação que se iniciou em abril chamada Operação Santa Tereza, que, no seu início, tinha o objetivo de investigar o tráfico internacional de mulheres. Evidentemente, nesse percurso, por interceptação telefônica, chegou exatamente ao BNDES, pois o crime é contra o Sistema Financeiro Nacional.

Então, é desse assunto, evidentemente, que vamos tratar. É nosso dever de ofício e a nossa função. O Deputado Paulo Pereira disse que não gostaria de estar sentado ali e, com certeza, nenhum de nós, Conselheiros, gostaríamos de estar aqui



desempenhando esse papel. Mas ele é absolutamente necessário, porque assim manda a Constituição brasileira, assim manda o Regimento da Câmara e evidentemente o Regimento do Conselho de Ética.

Inicialmente, queria perguntar ao Deputado Paulo Pereira sobre esse assunto, que foi extremamente exposto na mídia, na imprensa nacional. Aliás, esse assunto ocupou as páginas dos jornais a partir da deflagração desse caso. Eu queria que V.Exa. inicialmente nos contasse a sua impressão do porquê a imprensa nacional deu tanta evidência a esse caso. Qual a impressão do senhor?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu até, Deputado Paulo Piau, cheguei a comentar com alguns colegas da imprensa que também não entendia, até porque a impressão que eu tinha, primeiro, é a de que não sou tão famoso assim, como tem alguns por aí de quem a imprensa já falou muito. Segundo, o que aconteceu foi uma pessoa falando com outra e ela cita o meu nome. Não há uma gravação em que haja eu falando com outra pessoa sobre recursos. Não tem nenhuma gravação, não tem nenhum indício de dinheiro em que esteja envolvido o meu nome, ou seja, que eu esteja tratando disso. Todas as gravações que existem — eu peguei o relatório da Polícia, fiz questão de olhar —, todas elas é de uma pessoa falando com outra. Não há nenhuma de eu tratando. Depois sim. E até à noite houve uma ligação minha com o Gen. Consani, para tratar de outros assuntos, como já coloquei aqui. Até gostaria depois de falar um pouco mais sobre isso. Depois da prisão do Ricardo Tosto também falei com ele, como deveria falar. E também já falei isso aqui. Vou tratar depois com mais detalhes sobre isso. Mas em nenhum momento há uma ligação minha dizendo: *“Vem cá, qual é a minha parte aí?”* Não tem. E aí dá toda uma repercussão. Eu também não sei explicar porque toda essa mídia, porque toda essa vontade. Eu tenho suspeitas, só que suspeita... Seria até um pouco de leviandade de minha parte levantar e dizer: *“Olha, tenho suspeitas de que pode ser esse, pode ser aquele”*. Não vou dizer, porque acho que estaria cometendo as mesmas injustiças que cometeram contra mim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Questão de ordem.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento a todos.

Quero perguntar a V.Exa. como será o rito desta sessão. Serão perguntas e respostas? Cada um vai fazer suas perguntas ao Deputado Paulo? As perguntas e respostas serão feitas em bloco? Porque se formos fazer perguntas e respostas, as respostas serão sempre repetitivas. O Deputado Paulo vai querer responder e sempre vai ser alongada a sua resposta. A minha sugestão é que se façam algumas perguntas a S.Exa. em bloco e que ele responda às perguntas que foram feitas, porque, se formos fazer uma a uma, vamos chegar à Ordem do Dia de amanhã e todos os que estão inscritos para falar não vão acabar de perguntar ao Deputado Paulo Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado José Carlos Araújo, no início nós passamos a palavra por tempo indeterminado ao acusado, ao Deputado Paulo Pereira da Silva, que já usou o tempo necessário, e agora tem também tempo livre o Relator, Deputado Paulo Piau.

Acredito que a Ordem do Dia possa se iniciar às 16 horas, e teremos que interromper a reunião e vamos combinar se voltaremos ainda hoje ou amanhã de manhã. Mas acredito que vamos usar o bom senso e não ficaremos fazendo perguntas repetitivas. Eu não tenho como impedir, durante o prazo regimental permitido aos Deputados inscritos, que repitam a mesma pergunta que o colega anterior. O que talvez o Deputado Paulinho pode fazer é dizer que a pergunta já foi respondida. Então, temos de ver em conjunto como vamos fazer isso aí.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, tenho a impressão que não me fiz entender. O que perguntei a V.Exa. foi o seguinte: nós que vamos perguntar ao Relator, vamos fazer uma pergunta e o Deputado vai responder a essa pergunta, ou se vamos perguntar em bloco. Porque se formos fazer uma a uma as perguntas e ouvirmos as respostas, vamos demorar muito, porque o Deputado Paulo vai-se alongar em cada resposta. Se fizermos as perguntas em bloco, ele poderá responder com mais rapidez. Se o Relator fizer 2, 3 ou 4 perguntas e nós também vamos perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Vamos...



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nós temos que ordenar como vamos fazer. Se for no pingue-pongue, aí vai ser até a tarde inteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Vamos fazer de 4 em 4 então. Pergunto se assim está bom para todos e para o Relator. (*Pausa.*) O.k. Então fica estabelecido de 4 em 4. E de novo um apelo para evitarem perguntas repetitivas. Obrigado.

Com a palavra o Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Vou me apressar um pouquinho, mas eu queria dizer já de antemão que se algum Conselheiro puder contribuir com a pergunta que eu fizer — se quiserem interromper, da minha parte, pode, depende do Presidente —, nós aceitaremos perfeitamente, para podermos instruir melhor o processo.

Deputado Paulo Pereira, nesses indícios, nessas denúncias, indícios de relação não convencional do Deputado com o BNDES, eu queria perguntar se o V.Exa. tem algum contato com o BNDES, com a Diretoria do BNDES, sobretudo com o seu Presidente, Luciano Coutinho, com o Diretor Armando Mariano de Carvalho, com o Diretor Elvio Lima Gaspar e também, por que não dizer, com o Ministro Miguel Jorge, que é Presidente do Conselho do BNDES.

Nessa relação João Pedro de Moura — o senhor o citou aí anteriormente e ele foi, inclusive, numa certa época, assessor do gabinete de V.Exa —, a pergunta clássica é a seguinte: por que João Pedro de Moura foi indicado para o Conselho do BNDES? E por que ele saiu? E por que foi indicado outro, Dr. Ricardo Tosto, inclusive preso na Operação Santa Tereza da Polícia Federal, pelo mesmo motivo?

Gostaria que V.Exa. respondesse. São várias perguntas numa só, e eu gostaria que V.Exa. respondesse inicialmente a essas.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Prefiro o modelo tradicional de perguntas e respostas, porque senão eu tenho de ficar anotando aqui, mas tudo bem. Eu conheço o Ministro Miguel Jorge há pelo menos uns 20 anos, desde quando era jornalista do *Estadão*. Conheço o Presidente Luciano Coutinho há algum tempo também — não sei precisar a exatamente quanto tempo. Tenho uma relação de amizade com os dois. Enfim, então, tenho algum conhecimento deles. A



segunda pergunta — nessa coisa de várias perguntas eu me perco... A primeira pergunta é se eu tinha conhecimento deles, não é isso?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Então, conheço. Por que nós indicamos o João Pedro de Moura? No início do primeiro mandato do Governo Fernando Henrique, ele instituiu, ele convidou 2 centrais sindicais: a Força Sindical e a CUT, para indicar um representante no BNDES. O BNDES tem 12 conselheiros. São 5 Ministros — não sei quais são. Eu só sei que o Miguel Jorge é um deles, o Ministro do Trabalho é outro, os outros 3 não sei quem são —, 2 dos trabalhadores e 5 da sociedade civil, que eu não sei também quem são. Nós indicamos, num primeiro mandato, assim que o Presidente Fernando Henrique instituiu essa possibilidade de as centrais sindicais terem conselheiro no BNDES, até porque as centrais sindicais também têm conselheiros em outros conselhos, como no do Fundo de Garantia, dos recursos do FAT, do CODEFAT. E aí o Presidente Fernando Henrique ofereceu isso à Força Sindical e à CUT. Num primeiro instante, a gente indicou uma outra pessoa, que eu não me lembro o nome, e parece-me que por volta do final de 2001, começo de 2002, nós indicamos João Pedro de Moura. Como é que é feita essa indicação? É feita uma reunião da direção da central sindical. São sindicalistas que compõem a direção da central, ou substituem, indicam essa pessoa. No caso do João Pedro, ele entrou lá por volta de 2001, 2002 — não sei precisar a data, depois posso informar exatamente a data — e saiu no dia primeiro de agosto de 2007. Saiu por vontade própria. Ele pediu para sair, e a direção da Força Sindical indicou um dos advogados mais respeitados de São Paulo, que é o Dr. Ricardo Tosto. Foi isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Após essa operação na qual V.Exa. evidentemente nega envolvimento, mas claro que não responde pelo João Pedro, V.Exa. continua confiante no João Pedro de Moura, já que houve uma relação de confiança no passado?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - V.Exa. também colocou aí, Deputado, que o João Pedro foi do meu gabinete. Não foi. Pode constatar, desde o primeiro instante, desde o primeiro momento em que eu assumi a Câmara dos Deputados, que o João Pedro não consta da minha relação de funcionários. Eu não



posso... O João Pedro foi assessor da Força Sindical, cuidou dos projetos de qualificação e também foi conselheiro no BNDES, mantém um contrato com a Força Sindical do Estado de São Paulo. Não é nem ele que mantém, é uma empresa de que ele é sócio mantém um contrato de prestação de serviço para a Força Sindical do Estado de São Paulo. E eu tenho muito pouco conhecimento do que ele anda fazendo depois que deixou de ser assessor da Força Sindical. Então, eu não posso responder pelos atos dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Mas consta, pelas informações, que ele esteve, em 12 dias de filmagem nesta Casa, 39 vezes em seu gabinete. V.Exa. confirma?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Segundo relatório do Deputado Inocêncio Oliveira, ele esteve 39 vezes no Anexo IV. Das 39 vezes, 12 ele foi ao meu gabinete. Eu confirmo que, em algumas das vezes, eu estava no gabinete, em outras, não. A segunda pergunta provavelmente é do que a gente tratava. O João Pedro de Moura cuida, aqui em Brasília, para nós, para a Força estadual, da prestação de contas do passado de qualificação profissional das centrais sindicais: a Força Sindical — vou falar o nome de todas as instituições —, CUT, CGT, SDS, FIESP e Fundação Roberto Marinho. Essas entidades tinham um convênio de qualificação com o Ministério do Trabalho. Em 2002, foram suspensos esses convênios por supostas irregularidades, principalmente na prestação de contas e, principalmente, na contrapartida. E essas prestações de contas... o Ministério do Trabalho instalou um comissão especial de tomada de conta especial, e essa está em andamento. Boa parte desses problemas já foram resolvidos, não só da Força Sindical, como também eu tenho conhecimento de que da Fundação Roberto Marinho praticamente está resolvido e da Força Sindical e da CUT também. Então, esse era o trabalho que o João Pedro de Moura realizava para a Força Sindical do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Perfeitamente. V.Exa. tem conhecimento de uma negociação com intermediação da Progus ou da Termac, evidentemente envolvendo o João Pedro de Moura, ou do BNDES, de 800 milhões de reais para construção de rodovias no Peru e na Argentina?



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - De jeito nenhum. Nenhuma informação sobre isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sobre o Wilson Consani V.Exa. já fez alguma referência e mais adiante nós queremos saber mais algum detalhe.

Nessa Operação Santa Tereza, o foco foi um prostíbulo em São Paulo chamado WE. V.Exa. conhece os proprietários da WE?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - V.Exa. conhece um empresário com o nome de Manoel Fernandes de Bastos Filho?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também não conheço. Eu já fui... Eu sou apresentado para muitas pessoas. Não tenho nenhuma relação com ele. E, se eu o vir na rua, não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Também WE são as iniciais de 2 gerentes citados na operação, que são o Sr. Washington Domingos Napolitano e Edson Luiz Napolitano. V.Exa. tem conhecimento sobre essas 2 pessoas?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não conheço nenhum dos 2.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - E também sobre o diretor desse prostíbulo, que se chama Celso de Jesus Murad?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - V.Exa. tem conhecimento de que Dr. João Pedro de Moura freqüentava esse prostíbulo?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também não tenho nenhum conhecimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Estou dizendo isso porque, numa determinada fase, ele fez referência a V.Exa. como nosso chefe e usava o nome de V.Exa. talvez para angariar algum prestígio, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - E talvez até, Deputado, é que, como sou Presidente da Força Sindical, pode ser que ele usava chefe como Presidente da entidade.



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Deputado, o que V.Exa. pode dizer sobre 3 ONGs, bem superficialmente, porque vamos entrar nesse assunto posteriormente: as ONGs Meu Guri, DataBrasil e Luta e Solidariedade.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu posso falar um pouquinho de cada uma. DataBrasil foi uma instituição que prestou alguns... No passado, fizeram alguns cursos de... Foi contratada pela Força Sindical para executar alguns cursos de qualificação. Luta e Solidariedade dizer que não conheço seria leviandade. Conheço de nome, conheço a finalidade do Luta e Solidariedade, que é treinar e qualificar dirigentes sindicais e militantes sindicais, mas não tenho nenhuma relação com ela, não participo da diretoria e não tenho nenhuma relação com o Luta e Solidariedade. Meu Guri, um dos projetos... Quando falamos de ONG, as pessoas — vou ter de tomar um pouco mais de tempo para falar sobre isso —, as pessoas imaginam, e coloquei na pasta de V.Exas., as pessoas imaginam que é um cubículozinho no fundo do quintal de uma casa. Meu Guri é um centro para cuidar de crianças de rua. Nós tivemos... Nós compramos um terreno na Serra da Cantareira de 100 mil metros quadrados ou 5 alqueires. Na Serra da Cantareira, só pode construir 19%, então, construímos exatamente os 19% que são permitidos. São 6 casas, 1 prédio razoavelmente grande, que tem tudo, biblioteca, teatro, quadra de esporte e outras coisas. Essa é a sede do Meu Guri, e fiz questão de levar a imprensa para fazer uma entrevista lá. Como eles não estavam muito interessados em conhecer o Meu Guri, estavam mais interessados nas denúncias, acabaram não mostrando. Mas nós tivemos aqui... Nós fizemos uma rifa para comprar o terreno e tivemos uma ajuda do BNDES de 1 milhão, 328 para a construção. O que eu queria mostrar é que 1 milhão, 328 não dá para construir essa sede. Nós tivemos alguns artistas, alguns cantores de música sertaneja que fizeram jantares, *shows* e construímos rifas e outras coisas mais para terminar. E também alguns empresários doaram recursos para fazer essa sede. Nós cuidamos não só das crianças que moram conosco lá, cerca de 40 crianças que moram nessas casas, mas temos aqui todo um trabalho para a comunidade, a gente atende a cerca de 2 mil pessoas por mês. Aqui há cursos de qualificação com dinheiro próprio. Não temos recursos públicos, como eu disse. E nessa Serra da Cantareira, embora morem muitas pessoas ricas, também mora muita gente pobre. Então, temos 37 técnicos e



fazemos questão de cuidar das crianças ou da comunidade local. Então, isso é um pouco sobre o Meu Guri.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Vamos voltar a algum esclarecimento posterior sobre as ONGs. Então aqui é muito mais um apanhado genérico. V.Exa. tem conhecimento também de denúncias feitas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e da liberação de 12 milhões de reais para Parlamentares ligados ao PDT ou sindicalistas da Força, visando, evidentemente, a um suporte eleitoral?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - A Força Sindical não tem nenhum contrato com o Governo Federal. Não temos um centavo de Governo Federal nem Estadual nem Municipal, nenhum convênio. A Força Sindical não tem convênio com o Governo, e fazemos questão de não ter, porque sabemos que, no futuro, dá nisso que as pessoas começam... Sei que alguns Deputados fizeram emendas, como fizeram para outros Ministérios. Não sei se foi liberado. Mas fizeram algumas... Não só do PDT, mas de vários partidos fizeram emendas para qualificação profissional, e não sei nomes de Deputados que fizeram, sei que vários fizeram proposta de qualificação profissional.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Muito bem. Vamos conversar um pouco agora a respeito especificamente do BNDES, o que conseguimos levantar desses indícios, desse envolvimento. Então, queria que V.Exa. falasse mais um pouco sobre o interesse da Força Sindical junto ao BNDES. Quer dizer, uma relação existe, evidentemente. Que interesse... A sua influência, como Deputado, junto ao BNDES, nessa relação, ela existe e qual a influência? Que vantagens V.Exa. auferem?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Posso falar?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Pois não. Vou só completar aqui a pergunta. Acho que está tudo interrelacionado, não é?

Sobre a ONG Meu Guri, o senhor já disse que recebeu esse 1 milhão e 320 mil reais, mas há muitas pessoas que têm envolvimento antigo com V.Exa., como o João Pedro de Moura, que está presente. Inclusive, ele confessou, na defesa, que é um lobista, que faz projetos e que recebe participação do BNDES ou de recursos liberados pelo BNDES. O senhor tem o Sr. Marcos Vieira Mantovani, da Progus, o próprio Ricardo Tosto, que era Conselheiro do BNDES, o José Gaspar, que é Vice-Presidente do PDT de São Paulo, o próprio Manuel Fernandes, que o senhor



disse não conhecer, o Zé Carlos, da Termac, e o Wilson de Barros Consani Junior. Então, queria saber mais um pouco dessa relação, principalmente da Força, de que o senhor é Presidente, com o BNDES.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Só para que os companheiros todos aqui entendam, o Conselho do BNDES se reúne 4 vezes por ano para decidir sobre as grandes metas do País, onde vai investir recursos, como, por exemplo, há agora a construção no Rio Madeira. A Força Sindical, lógico, tem interesse nisso, porque queremos que o Brasil cresça, desenvolva na área de infra-estrutura. Então, o Conselheiro da Força Sindical no BNDES e também o Conselheiro da CUT e os outros Conselheiros, a única função que eles têm no BNDES é a de discutir onde vão investir recursos, quais são os grandes projetos que interessam ao País. Jamais é a de liberar recursos. Então, o interesse da Força Sindical é o de discutir onde é que o País deve investir os recursos do BNDES. Até porque parte dos recursos do BNDES vêm do FAT, e esse dinheiro do FAT é dos trabalhadores, e fazemos questão de saber onde está sendo investido. É lógico que os Conselheiros não têm autonomia para liberar recursos. Sr. Presidente, Sr. Relator, queria, se fosse possível, até porque essas coisas já saíram, mas, quando saem na imprensa, saem muito pequenas. Há uma nota do BNDES, até para que os companheiros aqui possam ter uma idéia, talvez, nem todos saibam como é feito, como funciona para se liberarem alguns recursos do BNDES. Como há uma nota do Presidente do BNDES — também coloquei como meu testemunho o Ministro Miguel Jorge e o Presidente do BNDES —, acho que todos aqui terão oportunidade de saber que realmente não houve fraude no BNDES. É impossível haver fraude no BNDES! Estou dizendo aqui porque... Vou ler aqui, então, como é que é... Eles soltaram uma nota técnica, que eu gostaria, então, que meus pares aqui pudessem acompanhar. Acho até que... Ah, não, está aqui. No dia 6 de maio de 2008, o BNDES soltou a seguinte nota: *“Diante das diversas notícias que vêm sendo veiculadas na imprensa envolvendo o BNDES, entendemos ser importante apresentar os seguintes esclarecimentos a respeito dos procedimentos observados em todas as análises de projetos do Banco. O processo tem início com a apresentação, por parte do postulante, de Carta Consulta (Consulta Prévia), cujo modelo está disponível na página do Banco na Internet. Essa correspondência é*



analisada no Departamento de Prioridades (Depri), na Área de Planejamento do BNDES (AP). O Depri analisa o mérito do projeto e verifica se ele está de acordo com as planilhas operacionais do Banco. Paralelamente, o Departamento de Risco (DERISC) da Área de Crédito (AC) faz uma avaliação da análise de risco do postulante de crédito. As duas informações são submetidas à apreciação do Comitê de Enquadramento de Crédito, composta por todos os superintendentes (funcionários de carreira do BNDES). Depois de aprovado no referido Comitê de Enquadramento de Crédito, o projeto segue para uma das áreas operacionais do Banco, onde é feita a análise técnica, com todo o rigor, por equipe multidisciplinar do BNDES, observando as garantias, a viabilidade econômica e financeira, a capacidade de pagamento e idoneidade do postulante. O BNDES conta com sete áreas operacionais (comércio exterior, industrial, insumos básicos, infra-estrutura, mercado de capitais, operações indiretas e social). Concluído o relatório de análise, que se estende por meses, dado o cuidado do processo, a operação é submetida ao superintendente e à diretoria para aprovação em decisão colegiada. Todos os projetos do BNDES, em toda e qualquer área ou setor, passam pelos procedimentos detalhados acima. Esse processo envolve usualmente mais de 30 funcionários e diferentes órgãos colegiados. Depois de aprovada a operação, procede-se a sua contratação. Os recursos são desembolsados parceladamente, respeitando sempre o acompanhamento técnico e a evolução física e financeira do projeto. O prazo médio entre a consulta prévia e a contratação das operações de financiamento é de 10 meses, conforme levantamento de janeiro/2007 a abril/2008. Segue em anexo gráfico com o fluxo de tramitação de projetos” — que eles fizeram questão de soltar. Isso é uma nota técnica, que eu acho que explica um pouco como é a operação no BNDES.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O senhor tem noção — por exemplo, o João Pedro de Moura, que é denunciado com trabalho na Progus, diz que comissão é uma coisa natural — se essa comissão vem do próprio BNDES, se essa comissão vem da empresa?

Exatamente aí é que está a participação de cada um.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu posso reafirmar, Sr. Relator, que do BNDES não é. Do BNDES não é, porque no BNDES eu reafirmo —



e eu acho que os senhores terão oportunidade de perguntar isso ao Presidente do Banco. E acho mais: o Presidente do Banco, depois dessas denúncias, segundo informação que eu tive, contratou uma consultoria externa. Eu acho que o Conselho deveria convidar a consultoria externa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Auditoria.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Auditoria externa. Obrigado. Ele fez uma auditoria no banco. E essa auditoria deve até esclarecer melhor do que o Presidente. Talvez possa acrescentar aí até para melhor informação dos companheiros do Conselho essa auditoria. O João Pedro... Eu não me lembro da sua pergunta. Como é mesmo?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - A participação nessa comissão viria do banco ou viria realmente das empresas que ele trabalha?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. Eu não — talvez ele possa explicar — tenho informação sobre isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Tá. Mas, o senhor, alguma vez, já teve alguma influência no BNDES para facilitar a tramitação de algum financiamento, seja para a Prefeitura, seja para a empresa?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu já fiz algumas brigas lá. Eu já cheguei a fazer um acampamento, lá, de 1 semana para liberar dinheiro, porque liberar dinheiro no BNDES, V.Exa. sabe que não é muito fácil. Quem é empresário aqui, sabe da dificuldade. Já fiz uma vez, lá, um acampamento, uma empresa que estava falindo, mas a empresa acabou falindo porque eles não arrumaram recurso. Enfim, dessas últimas operações, eu não tenho nenhuma influência nisso. Tive também no mês de abril, acho que no mês de abril, ou final de maio, março, uma reunião com o Presidente do Banco sobre um dos problemas que teve no Banco — talvez o senhor vai me perguntar mais para frente, eu estou adiantando. Um dos problemas que teve lá foi que, numa votação da compra da Oi, estava fazendo aquela operação da compra da Brasil Telecom, a Força Sindical foi orientada, o seu Conselheiro foi orientado a votar contra. E votamos contra, porque, do nosso ponto de vista, quando se juntasse a Oi com a Brasil Telecom, iria ter demissões, porque, do nosso ponto de vista, não iria precisar do mesmo trabalhador para fazer a mesma valeta, para colocar o mesmo cabo. E aí nós pedimos, então, ao



conselheiro que votasse contra e que trabalhasse para que tivesse garantia de emprego. Em seguida, o Presidente Luciano Coutinho nos convidou para explicar como era essa operação. A operação parece razoavelmente grande, de mais de 2 bilhões de reais, e que dava toda, ia tentar fazer com que a direção das duas empresas reunissem tanto com a Força Sindical quanto com a CUT, que os trabalhadores dessas duas empresas estão vinculados às duas centrais, para que eles pudessem dar uma garantia de emprego. E isso foi feito. E assim que foi feita essa garantia de 3 anos de emprego para os trabalhadores, nós ficamos favoráveis à compra da Brasil Telecom pela Oi. Então, foi isso que eu estive com o Presidente do Banco.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Perfeito.

O senhor conhece o Prefeito do Município de Praia Grande?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Tem relação política com ele?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Nenhuma relação. Ele é do PSDB. Posso dizer que é um grande Prefeito. A Praia Grande tem colônias de férias dos sindicatos, não só da Força Sindical como de todas as centrais. Desde 67, 68, essas colônias estão instaladas na Praia Grande. E nós, sempre, todos os congressos dos trabalhadores — era bom frisar isso porque teve alguns companheiros da imprensa que disseram que a Força Sindical fez o seu congresso lá —, desde 1980, quando foi fundada a CUT, foram realizados na Praia Grande. Com raras exceções, depois, esses congressos aconteceram em outros Estados. Mas os primeiros congressos dos trabalhadores... E a Força Sindical, sempre que pode, faz reunião. Hoje mesmo nós temos reunião com a direção da Força Sindical, acontecendo na Praia Grande. Até por causa de estada, porque lá as colônias de férias têm apartamentos e a gente não precisa pagar hotéis.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - E um ex-servidor das lojas Marisa, Boris Bitelmam, o senhor tem conhecimento?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. Não conheço, não conheço.



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O senhor tem conhecimento ou participou da liberação de financiamento para a Prefeitura de Praia Grande no valor de 1 milhão e 300 mil reais?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não. Não tenho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Aliás, 124 milhões de reais?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não tenho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Não participou?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Bom, essa acusação que lhe imputam sobre a divisão desse butim está na imprensa também de 18 mil reais. Como o senhor explica isso, vindo dessa operação do financiamento para a Prefeitura de Praia Grande?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu quero, primeiro, dizer que eu não recebi nada, nenhum cheque. Não tenho nada a ver com cheque. Não foi comigo que trataram disso. Eu quero, inclusive, embora o senhor já citou, Presidente e Relator, ler uma parte do depoimento do João Pedro de Moura, até para ficar clara essa questão: *“A 1ª Vara Judiciária do Estado de São Paulo, aliás, 2ª Vara Criminal, especializada em crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, aos 26 dias do mês de maio de 2008, na sala de audiência — não vou ler isso aqui porque é qualificação —, compareceu João Pedro de Moura, e que deu o seguinte depoimento: O juiz pergunta: “O senhor tem conhecimento de que foram apreendidos esses cheques?” Ele diz o seguinte: “Sim, doutor, é que quando a gente fez o serviço de consultoria, e que nós realizamos o trabalho, eu diria 90% do trabalho, sei lá quantos por cento, mas a maior parte do trabalho foi realizado por mim e pelo escritório do senhor Marcos, acabou que na hora de receber os honorários, começaram a aparecer pessoas para receber. Então... Eu coloquei para o grupo que tinha que pagar o Paulinho, mas na verdade esse dinheiro era para mim. Para poder melhorar a minha participação dos honorários referentes a cada um dos 2 projetos”.* Aí tem mais um pedacinho, que depois ele fala também do Ricardo Tosto. Mas, aí, o juiz pergunta de novo: *“Só para compreender um pouco melhor a sua resposta. Os senhores mentiam para as demais pessoas dizendo que os valores*



seriam entregues a Paulinho e Ricardo Tosto?” Ele diz o seguinte: “Sim senhor. Exatamente isso”.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O senhor tem conhecimento do diretor proprietário da Proqus, Marcos Mantovani, tem conhecimento pessoal com ele?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não tenho. Não conheço. Também repetindo, porque como somos pessoas públicas e conhecemos somos apresentados por muita gente. Eu, se vê-lo na rua, não conheço. Não consigo reconhecê-lo

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Conseqüentemente, nem a sua filha chamada Carolina?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. Essa, de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Perfeitamente.

Eu queria um pouco mais de esclarecimento com relação à ONG Meu Guri. O senhor tem alguma relação formal com a ONG?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu tenho. Sou da Diretoria da ONG.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Diretoria da ONG Meu Guri.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - E ela é presidida pela minha mulher.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O.k. Qual é a interação ou inter-relação que existe da ONG Meu Guri com as ONGs DataBrasil e Luta e Solidariedade?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Nenhuma. Em determinado dia dessas reportagens, apareceu uma notícia de que a DataBrasil teria uma parceria com a Meu Guri. Na verdade, a DataBrasil realizou lá atrás, há algum tempo atrás, um curso, um curso de qualificação das atendentes. E esse curso, muito rápido. E nós temos por praxe e até pela dedicação que temos ao projeto toda e qualquer empresa que presta algum serviço a gente costuma publicar nas nossas revistas, nos nossos jornais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Por isso que ela é colaboradora da ONG Meu Guri?



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Então, por isso que ela aparece, em algum determinado momento, como colaboradora. Mas a única colaboração que ela fez conosco foi simplesmente realizar um curso para os funcionários, e um curso inclusive muito rápido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O Sr. João Pedro de Moura, evidentemente, foi Conselheiro do BNDES e também era suplente do Conselho da ONG Meu Guri, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Bom. Ele foi testemunha também desse repasse de 1,320 milhão de reais para a ONG Meu Guri, ...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Hum! Hum!

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - ... que o senhor já disse que é real e que o projeto da Cantareira custou 4 milhões. O senhor também se referiu a isso no início, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Hum! Hum!

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Esse foi um projeto, um recurso liberado no ano de 2001. E meses depois o Sr. João Pedro foi designado, pela Força, Conselheiro no BNDES. Como é essa relação? Não parece um pouco estranha essa indicação nessa direção, já que recursos...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - ... do BNDES estavam sendo carreados para a ONG Meu Guri?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Na verdade, foi destinado à Meu Guri um projeto construído e que até o João Pedro ajudou na construção desse projeto, para a construção de uma sede. A construção da sede foi feita, prestada conta e aprovada pelo BNDES. Então, está totalmente transparente aí. Não tem nada irregular. E o João Pedro de Moura foi testemunha, porque testemunha é quem — até um companheiro meu que disse — está por perto. Você está passando e acaba... A não ser de casamento que o cara convida o sujeito. Mas nesse caso ele estava lá. E, depois, foi indicado para o Conselho do BNDES. Como eu disse, o Conselheiro não mexe com recursos, ele não aprova recursos. V.Exas. terão oportunidade de conhecer isso aqui. Ele discute os grandes projetos e é onde vai



investir recursos. Não é para liberar dinheiro. Então, não tem nenhum problema de ele ter sido Conselheiro. E ele foi Conselheiro, ele esteve no Conselho Fiscal da Meu Guri, ele entrou no dia 6 de outubro de 2003 e saiu no dia 3 de setembro de 2007. E depois, também, a imprensa disse: *“Ah! Foi estranho que saiu do site”* e tal. Só que normalmente esses *sites* não são atualizados. Então, saiu porque... Aí foram verificar: *“Não. Estão falando, mas não é mais. Então, vamos pôr o que é”*. Mas aí saiu na imprensa que nós tiramos na hora que vimos ali na imprensa. Mas não tinha nada disso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O.k.

O senhor disse que é diretor da ONG Meu Guri, a esposa do senhor é a presidente.

O Sr. Eleno José Bezerra, que é Vice-Presidente da Força e também Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, é tesoureiro da ONG. E já na ONG Luta e Solidariedade inverte-se: o Eleno é o seu presidente e a sua esposa Elza de Fátima...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. Desculpe-me. Não é.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - ... é a tesoureira.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. Não é. Vamos deixar claro, então, como é. Na Meu Guri, tanto eu, quanto o Eleno e quanto a Elza somos exatamente o que o senhor falou. Na ONG Luta e Solidariedade nem eu, nem minha mulher e muito menos o Eleno tem alguma participação. O Eleno foi...

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Com a DataBrasil tem?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também não. O Eleno foi fundador dessa ONG. E, depois, devido as suas atividades, ele é Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, que tem mais de 1 milhão de trabalhadores no Brasil. Então, ele vive cuidando dos metalúrgicos de São Paulo, que é uma categoria que tem quase 300 mil trabalhadores na base e mais uma atividade com 157 Sindicatos de Metalúrgicos no Brasil inteiro. Ele não tem nenhuma relação com essa ONG Luta e Solidariedade. Só para reparar a verdade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O.k.

O senhor confirma que o endereço da ONG Meu Guri com a Força Sindical é o mesmo, na Rua Galvão Bueno, 782, Bairro da Liberdade?



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. O que tem na Rua Galvão Bueno, 782, é uma parceria que nós tínhamos com o Governo Alckmin e que mantemos com o Governo Serra de um restaurante de 1 real. É feita essa parceria para servir alimento de 1 real exatamente porque na Força Sindical nós temos, lá, também um centro de atendimento para desempregados em parceria com a Prefeitura de São Paulo, com o Prefeito Gilberto Kassab. E passam por lá cerca de 5, 6 mil trabalhadores desempregados todos os dias. Não tinham onde comer. Fizemos uma parceria com o Governo Alckmin e essa parceria da Meu Guri fica no andar térreo onde as pessoas... Nós servimos todos os dias ali cerca de 2 mil e 600, 2 mil e 500 refeições a 1 real para as pessoas que não têm onde comer. E a Luta e Solidariedade, pelo que me consta, fica no andar de cima desse prédio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Com relação a essa ONG Luta e Solidariedade, o senhor, pelo menos, já ouviu falar nessa ONG?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Já ouvi falar e sei também das finalidades, como coloquei no início.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Qual é o objetivo dela?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Já ouvi falar e a finalidade que eu sei é que eles treinam dirigentes sindicais no Brasil inteiro, qualificam para negociação, qualificam militantes sindicais também para que possam atuar dentro das fábricas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Tem alguma informação sobre envolvimento do Sr. Marcos Mantovani, da Progu, com a ONG Luta e Solidariedade?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Conhece algum membro da diretoria?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu conheço alguns membros da diretoria. Até porque alguns deles trabalhavam lá no prédio, enfim. Conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O.k.

O senhor tem conhecimento de uma quebra de sigilo... Eu estou dizendo isso porque está na imprensa de hoje — e nós não podemos revelar o conteúdo do relatório da Polícia Federal, que está sobre esse segredo de justiça — uma quebra



de sigilo, por intermédio do Juiz Márcio Ferro Catapani, da 2ª Vara de São Paulo, em que remete, no dia 28 de março de 1982, mil reais para essa ONG; no dia 1º de abril, também, 82 mil, através do Marcos Mantovani, da Progus, para a ONG Luta e Solidariedade, e mais uma vez o nome de V.Exa. é envolvido como participação nesse quinhão da repartição desse recurso. O que o senhor tem a dizer?

Já que houve uma quebra de sigilo, evidentemente isso é um documento que comprova algo nessa direção.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O que eu posso dizer sobre o cheque é que eu não recebi cheque. Não tenho nenhuma relação com isso e não tenho nenhuma relação com a Luta e Solidariedade nem com o Sr. Marcos Mantovani. E como eu não tenho como, fica a minha palavra contra outra. O que eu pude fazer foi colocar os meus sigilos bancário, fiscal e telefônico à disposição da Justiça logo que isso surgiu. Fiz isso na tribuna da Câmara e, depois, levei isso, levei esse documento ao Procurador Sr. Antonio Fernando de Souza, no dia 6 de maio de 2008. Ou seja, coloquei o meu sigilo bancário; a minha mulher também colocou o sigilo bancário. Inclusive da ONG Meu Guri também. Não é que agora eles abriram o sigilo; nós nos colocamos à disposição para abrir o sigilo também da ONG, logo que foi falado, porque nós não temos nada a esconder.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - E a Luta e Solidariedade não tem nenhuma relação com a ONG Meu Guri, nesse assunto?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Nenhuma relação com a Meu Guri.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Com relação à DataBrasil, o senhor conhece essa ONG?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Como eu coloquei no início, ela realizou alguns cursos lá por volta de 2000, 2002 para a Força Sindical.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Consta que ela ocupa o mesmo endereço da Força na Rua Galvão Bueno, 782. O senhor confirma?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O prédio onde a Força Sindical está instalada as pessoas confundem que é um prédio da Força Sindical. Aquele prédio é dos metalúrgicos de São Paulo. Como é um prédio muito grande, os metalúrgicos alugam os andares que sobraram. Nós temos, a Força Sindical tem um



andar da Direção Nacional e da Direção Estadual tem um outro andar. E os outros andares são alugados. E realmente essa ONG alugou um dos andares do prédio dos metalúrgicos de São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O senhor disse que ela fez treinamento, exatamente esse é o conhecimento. O senhor tem notícia de um repasse de recursos do Ministério do Trabalho e Emprego de 6 milhões de reais para essa ONG? Seria esse o objetivo desse treinamento ou o senhor não tem conhecimento detalhado?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. Neste momento, eu não tenho. Até porque, como eu disse, já a Força Sindical não tem nenhum convênio, nem com o Governo Federal, nem Estadual, nem Federal, nem Municipal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Eu quero avisar aos nossos companheiros Conselheiros que eu já estou chegando ao final, para dar oportunidade a todos também, depois a gente volta no processo.

Mas com relação à empresa Termaq, o senhor tem conhecimento dessa empresa?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Não sabe quem são seus donos.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não conheço, nem sei quem são os donos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Já ouviu falar em José Carlos Guerreiro?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - José Carlos Guerreiro está nessa relação, aqui está uma relação de 11, mas a imprensa disse 13 pessoas presas pela Polícia Federal na Operação Santa Tereza. O senhor não tem conhecimento da Termaq?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Perfeito. E a empresa Progus?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Não conhece seus donos?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Os donos...

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Conhece algum diretor?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não conheço.



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Marcos Vieira Mantovani, o senhor já disse que não o conhece.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - É. O que eu disse é que se eu o ver na rua...

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Mas o senhor tem conhecimento...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Pode ser que alguém já até me apresentou, mas eu não conheço. Se eu o ver na rua não conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - ... de que o Moura trabalha para essa ONG?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também não sabia. Fiquei sabendo pela imprensa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Mas ele declarou isso naquela defesa.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Então, mas eu fiquei sabendo, também,...

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O senhor não tinha conhecimento (*ininteligível*)?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - ... como os demais companheiros: agora, aqui, ou durante esse período que a imprensa estava publicando.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Esse trabalho do Marcos, do Moura, ele captando financiamentos para as cidades acima de 100 mil habitantes e para empresas, como a loja Marisa é um exemplo, o senhor tinha algum conhecimento, ele chegou a falar com o senhor?

Exatamente. Só para olhar o nome completo, João Pedro de Moura, desculpa. Ele chegou a comentar com o senhor que captava esse tipo de recurso e pediu algum apoio ao BNDES para a liberação de recursos para cidades acima de 100 mil habitantes?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. Em nenhum momento nós tratamos sobre isso. Eu não sabia dessas atividades até porque a assessoria que ele prestava para a Força, no caso, do BNDES, tinha se encerrado no dia 1º de agosto. Deixa eu corrigir essas datas aqui, porque eu acho que eu te passei a data errada. O João Pedro de Moura foi conselheiro da Força Sindical no



BNDES do dia 1º de junho de 2002 e saiu no dia 1º de agosto de 2007. Então, como as atividades dele se encerraram aí, no caso do BNDES, no nosso ponto de vista teria se encerrado aí. Então, não sabíamos dos demais trabalhos que ele disse que realizava.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Então, o senhor confirma, não tinha conhecimento que ele prestava serviço para a (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Nenhum, nenhum conhecimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O.k.

O senhor conhece Paulo de Tarso Pires Gracia?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Paulo de Tarso é companheiro de um assessor, de uma pessoa que presta serviço para mim, que trabalham juntos, que é o Antônio Diniz. O Antônio Diniz presta algum serviço de assessoria de imprensa, principalmente publicando artigos em jornais de sindicatos, como este aqui, por exemplo. Depois, gostaria até de juntar alguns. Ele escreve para os jornais, para revistas de sindicatos e essa é a assessoria que ele vem prestando para mim nestes últimos tempos. E também é bom lembrar que o Corregedor Inocêncio Oliveira cita esse caso, mas ele também, em nenhum momento, diz que é irregular, porque tem notas comprovadas, a pessoa recebeu o recurso. Os companheiros aqui terão a oportunidade de falar, no dia em que forem depor aqui, e vão verificar que ele recebeu os recursos, prestou um serviço e recebeu os recursos e comprovou com nota fiscal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Última participação minha. Eu queria saber com relação ao valor da sua campanha eleitoral. Quanto custou a sua prestação de contas? Mais ou menos.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Deixa eu lembrar aqui, porque a gente acaba... Acho que 1 milhão, novecentos e noventa e não sei o quê, quase 2.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O.k. E o senhor lembra os principais colaboradores de sua campanha? Porque isso é um documento público, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - É. Isso é um documento público, eu não me lembro todos, mas muita gente contribuiu.



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Mas o senhor não lembra nome de empresas que contribuíram?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Ah, rapaz, não lembro não. Acho que eu poderia pegar e acrescentar depois aí.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O.k.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Mas, com certeza, não foi o BNDES e muito menos nenhuma dessas empresas que foram citadas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Tá. A influência do senhor no BNDES, nessas empresas — o senhor falou que briga, e isso é uma coisa talvez até legítima do trabalho do parlamentar — que colaboraram com a sua campanha, algumas delas o senhor já fez alguma ação no BNDES em favor delas?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, nenhuma. Não, não. Acho que não. Pelo que eu me lembre, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O senhor pediu alguma colaboração do Sr. José Gaspar Ferraz de Campos?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Se eu pedi a...?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - A colaboração financeira para a campanha ao José Gaspar Ferraz de Campos, que é uma das pessoas acusadas também desse envolvimento. Ele é Vice-Presidente do PDT.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - É, o José Gaspar é Vice-Presidente do PDT de São Paulo, está afastado, até porque tanto eu quanto ele nos afastamos da direção do partido de São Paulo até para que a gente possa esclarecer e não atrapalhar a vida do partido. Ele sempre trabalhou comigo, ele trabalhou na FUNDACENTRO de São Paulo. Então, é a pessoa que ajuda em toda a colaboração comigo. É meu assessor até hoje e trabalha no meu partido junto comigo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, por enquanto são as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Bem, vamos passar aos Deputados inscritos.

Primeiro, os Deputados titulares e, após, os Deputados suplentes.



Os Deputados titulares terão 10 minutos, regimentalmente, e os suplentes terão a metade deste tempo.

O primeiro inscrito é o Deputado Professor Ruy Pauletti. *(Pausa.)* Quer transferir?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Não, obrigado.

Deputado Paulinho, a minha saudação. Gostaria de saudar o nosso Presidente, o nosso Relator, os consultores e o advogado.

Estou impressionado, Deputado Paulinho, com a sua serenidade. Nós, os políticos, Senadores, Deputados, gente do Governo, como a mulher de César, não basta ser honesto e correto, tem que parecer honesto e correto.

Lamentavelmente, o senhor foi envolvido, o seu nome foi envolvido em uma trama, em uma quadrilha, que não resta dúvida, existiu. Uma quadrilha que atuava em diversas frentes e que foi detectada pela Operação Santa Tereza, que começou — a Polícia Federal diz isso, a imprensa também disse — com uma investigação iniciada ainda em 2007 na casa de prostituição WE, que é no Bairro Bela Vista, de São Paulo, que já foi aqui citado.

Era para apurar denúncia sobre tráfico de pessoas para o exterior e a exploração de prostituição. No curso dos grampos telefônicos, que foram autorizados judicialmente, e por isso já demonstra que havia motivos para fazer isto, surgiram conversas sobre financiamentos públicos e reuniões com políticos e pagamentos de comissões.

A partir daí, a investigação começou a focar em uma quadrilha concreta, que atuava nas diferentes modalidades de crime. E vamos aqui, no caso, nos focar no problema financeiro. Infelizmente, essa investigação ligou o Deputado Paulinho a esse grupo. E é isso que nós precisamos deixar claro. E ligou ou ligado ao — a Polícia chama de seu assessor — ex-assessor João Pedro de Moura. E envolve uma série de pessoas que estão indiciadas pela Polícia. Eu gostaria que nos dissesse se conhece ou não conhece.

O Manoel de Bastos Filho, já disse que não conhece.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O Celso Murad?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não.



O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O Marcos Vieira Mantovani?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O Ricardo Tosto de Oliveira?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Conheço.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O João Pedro de Moura?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Conheço.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O Jamil?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O José Carlos Guerreiro?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também Não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O Boris?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O Wilson Barros Consani?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Conheço.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O Washington Napolitano?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - E o Edson Napolitano?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Também não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Segundo a denúncia, a operação funcionava da seguinte forma: o grupo utilizava contatos políticos e influência no BNDES. E aí entra o João Pedro e o Tosto que foram indicados pelo Presidente da Central.

E funcionava da seguinte maneira (a imprensa publicou): que, após a aprovação do financiamento, essas pessoas ligadas ao senhor influenciavam para a liberação. E esse trabalho tem um custo político que girava entre 2% e 4%. E que,



depois, e houve 2 casos comprovados, de Praia Grande, onde o Prefeito é do meu partido...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Grande Prefeito.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - PSDB...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Grande Prefeito, eu disse.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - E das lojas Marisa. Lojas Marisa foi apenas para reformular a fachada das lojas, mas foi de não sei quantos milhões.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - São 124 milhões.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Cento e vinte e quatro milhões para reformular. Eita reformulação danada essa!

Bom, em Praia Grande, era usada — e essa agora é a pergunta que eu vou lhe fazer — em sua defesa, é alegado que o seu envolvimento nas investigações decorre exclusivamente, essa foi a sua defesa, de perseguição política, de situações de terceiro e de uma armação contra o movimento sindical.

Como justifica, então, que o Procurador-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal, em análises estritamente técnicas dos dados, tenham encontrado elemento suficiente para instaurar inquérito em que V.Exa. figura como investigado?

Em sua defesa preliminar, escrita, há a afirmação de que os únicos documentos que respaldam esse processo no Conselho de Ética são matérias jornalísticas, como V.Exa. justifica. E também estaria agindo somente com base em matéria jornalística.

Vou adiante, para completar a pergunta.

Segundo as notícias no relatório da Operação Santa Tereza, da Polícia Federal, há 75 citações a V.Exa. Segundo a Polícia Federal, ora é citado pelas iniciais P.A., ora é Paulinho, ora é o Deputado Federal Paulo Pereira da Silva. Também é citado como chefe, ou chefe maior, por João Pedro. E também pelo Cel. Wilson Consani.

Portanto, tem algum fundo de verdade nisso? E qual é o relacionamento do nobre Deputado com essas pessoas: Cel. Canziani...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Consani.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Com...?



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Consani.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Consani. Que considera, que declarou à imprensa, *“o chefe é mesmo o Paulinho. É o tratamento que dávamos a ele”*.

No que o senhor chefiava o Consani para ele lhe chamar de chefe?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Deputado, eu posso ir respondendo? porque senão...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Vou citar uma série de questões aqui, que eu acho que era importante esclarecer. Primeiro, a primeira informação que o senhor coloca é de que o grupo influenciava na liberação de recursos. Volto a reafirmar: não influenciava. Não influenciava, e vocês terão oportunidade de falar aqui com o Presidente do Banco e talvez até com a auditoria que eles fizeram. Segundo: o Supremo liberou, para instaurar a apuração. E o Ministro Ayres Britto deixa isso muito claro. Em nenhum momento está me condenado, está apenas instaurando, abrindo o processo para investigação. Até porque, como o senhor mesmo colocou, os jornais falaram só disso nos últimos tempos. Então, é normal e natural que o Supremo mande investigar. Se fosse o contrário, mandava instaurar inquérito imediatamente — não foi isso que foi feito. Ação penal imediatamente — não foi isso que foi feito. Instaurou apenas um inquérito para investigar. E o Ministro Ayres Britto fez questão de escrever embaixo que em nenhum momento estava me condenando. Estava apenas liberando para ser investigado. A questão das citações, como eu disse, e eu repito, está no depoimento do João Pedro de Moura, que eles usavam o meu nome para aumentar a sua participação no negócio que eles tinham realizado. Eu li aqui inclusive parte do depoimento dele, feito, não à Polícia Federal, mas à Justiça Federal. Então, portanto, usavam o meu nome exatamente para influenciar nas pessoas. E a questão de “chefe”, eu sou, como disse, presidente de uma central sindical. É normal as pessoas dizerem “o chefe”. Até numa empresa, as pessoas falam “aquele é meu chefe”; agora, se se referiam a mim como “chefe”, provavelmente referiam a mim como chefe da central sindical, e não da quadrilha, como querem fazer crer. E



qual o relacionamento que eu tenho com o Consani? Eu vou ter que tomar mais um pouquinho de tempo aqui, Presidente, porque senão não fica claro.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu vou pegar aqui uma questão que acho que é importante. Lá por volta do mês de setembro — a minha filha faz para mim algum trabalho, no PDT; ela fez Marketing e faz lá algum trabalho, quando não tem o que fazer —, ela me ligou e disse: *“Pai, estou sendo seguida”*. E eu pedi ao Cel. Consani, que presta algum serviço para a Força Sindical, principalmente na época de 1º de maio — ele tem uma empresa de segurança, é um coronel reformado, e presta serviço de segurança no 1º de Maio, naquelas festas que nós organizamos lá, que tem mais de 2 milhões de pessoas. Então, a gente tem um conhecimento. Até porque era a única pessoa que eu conhecia, para fazer isso. Se dava para ele verificar para mim o que estava acontecendo. Até porque imaginei que pudesse ser outra coisa. Ele demorou alguns dias e voltou e disse: *“Paulinho, o problema é que eles estão investigando todos vocês. É a Polícia Civil. São policiais civis de São Paulo”*. E eu fiz — bom, aí, baseado nessa informação — um depoimento, que também está nos autos, e depois eu gostaria até que vocês tivessem, que eu fiz no dia 18 de outubro de 2007, à Procuradoria-Geral de São Paulo.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Da República.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Da República. Eu fiz esse depoimento e, no depoimento... Vou ler aqui algumas partes também, porque ele é grande: *“Com a proximidade das eleições para Prefeito...”*

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - É uma representação, não é *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - É, eu fiz uma representação. *“Com a proximidade das eleições para Prefeito, que ocorrerão no próximo ano — novamente, Dra. Procuradora-Chefe da República —, estranhos fatos vêm circundando a residência do peticionário, a sede do seu partido, colocando em risco a sua incolumidade e seus familiares. Há aproximadamente 30 dias, a filha do peticionário, que se chama Juliana, e que por sua vez trabalha na sede do PDT, notou que, ao término do expediente, durante o trajeto para sua*



residência, foi seguida durante todo o percurso por um carro de marca GM, modelo Astra, de cor prata, com 2 ocupantes em seu interior, cuja placa não logrou-se êxito na identificação. Preocupado, o peticionário, após tomar conhecimento desses fatos, solicitou a seu prestador de serviços de segurança, um tenente-coronel da PM, da Reserva de São Paulo, que avaliasse a situação e que lhe reportasse qualquer outros fatos estranhos que porventura pudesse acontecer. Qual foi a surpresa do peticionário, ao receber do prestador de serviço de segurança, durante um pente-fino, realizado por 5 dias seguidos, a notícia de um diagnóstico alarmante: foi constatada movimentação estranha em torno da sede do PDT e de sua residência, sempre com carros estacionados nas mediações, por um período de... e com ocupantes em seu interior. Foi-lhe reportado também que durante o levantamento feito pelo prestador de serviço de segurança, um desses carros, de marca Volkswagen, modelo Gol, de cor branca, sequer apresentava placa de identificação. Posterior...” Não vou ler tudo, porque tem mais algumas páginas. Em seguida, no dia 5 de novembro — o senhor vai vendo que os fatos vão acontecendo, foram lá em setembro, outubro, e agora no dia 5 de novembro —, invadiram, arrombaram a sede do meu partido e roubaram várias peças do computador. Está aqui um boletim de ocorrência que nós fizemos. Então, a minha relação com o Consani era essa, exatamente essa. Ou seja, toda a minha conversa com ele, inclusive na véspera da prisão dele, que ele ficou preso 2 dias, me parece, foi exatamente isso, para saber como é que andavam essas investigações ou essas coisas de policiais civis de São Paulo, que estavam fazendo em volta da sede do meu partido e da minha residência.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Eu fico grato. Está esclarecido, porque o que chamava a atenção é que esse Consani era uma das pessoas que davam guarida à casa de prostituição WE. Então, era de estranhar, mas está claro que ele prestava...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Mas posso até esclarecer também, porque ele tem uma empresa de prestação de serviço, presta serviço para várias pessoas.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Sim, está claro que ele tinha uma empresa. Então, eu agradeço isso.



Eu tenho diversas questões, mas o Relator brilhantemente já colocou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Seu tempo esgotou, Deputado.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Eu gostaria só de... Vou tentar resumir, meu caro Presidente.

O senhor sabe se o João Pedro negociava com Prefeitos? Ele, João Pedro?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não sei. Como eu disse, não tenho nenhuma informação das atividades que ele prestava depois que deixou a assessoria da Força Sindical.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - O senhor sabe se o João Pedro mantinha reuniões com esse grupo que está indiciado, inclusive no seu gabinete?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, no meu gabinete, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Para concluir, Deputado Pauletti.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - No meu gabinete, com certeza, não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Conhece a empresa TERMAQ Terraplanagem, de Praia Grande, que era encarregada de prestar as notas frias para a quadrilha?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. Já tinha falado que também não.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Já disse que não conhecia. Por que o Sr. Marcos Mantovani — para concluir —, proprietário da PROGUS, que era cabeça do sistema, fez 2 repasses em benefício da Luta e Solidariedade, e o João Pedro repassou também 37.500 para o Meu Guri?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sobre a Luta e Solidariedade, eu não tenho nada a informar. Não sei. Talvez eles possam esclarecer melhor.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Eram doações particulares de pessoas.



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Para reforçar isso, eu quebrei o meu sigilo bancário. Só posso repetir isso, porque como dizem que o cheque veio para mim... Se o cheque não veio, eu estou quebrando o meu sigilo bancário. Está à disposição. Parece-me que é a única forma que tenho de me colocar com transparência com relação a isso.

Com relação aos 37 mil da Meu Guri, Presidente, eu tinha colocado aqui — já imaginando que se ninguém me perguntasse eu ia falar no final para esclarecer —, porque eu acho que essa vale uma explicação. Então, se me for permitido, demorarei mais uns 2 ou 3 minutos para responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - O senhor tem todo tempo, até porque é exatamente isso que este Conselho quer: esclarecer.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Mas foi bem lembrado, porque, como o Relator Paulo Piau não me perguntou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Eu só gostaria de intervir um pouco para dizer o seguinte: perguntas relacionadas ao sigilo que temos aqui, a documentos sigilosos, cada Deputado que aqui usar essas informações será responsabilizado. Todo Deputado do Conselho tiveram acesso, assinaram um termo para manter esse sigilo. E se usarem ou quebrarem esse sigilo aqui, na Comissão, serão responsabilizados por esse ato.

Então, apenas para esclarecer, porque nós nos comprometemos. Até agora, pelo que me parece, nada aconteceu, mas eu só estou estendendo isso para, a seguir, acontecer aquilo que está correto.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sr. Presidente, nós tomamos conhecimento, efetivamente, do sigilo que foi decretado no inquérito que está aforado no Supremo Tribunal Federal. Aqueles que como eu se dedicaram ao exame das peças assinaram o compromisso de sigilo — e o próprio Relator.

Entendo que o Depoimento do Deputado Paulo Pereira da Silva ficará prejudicado, porque, ao meu ver, os fatos não serão esclarecidos dessa maneira. A sessão é pública, nós temos um compromisso de sigilo e não podemos formular certos questionamentos que elucidariam, sem dúvida alguma, os fatos.

Eu tive o cuidado e fiquei na quinta-feira examinando os autos e, até agora, há dificuldade.



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Só para ajudar.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Um minutinho, Deputado. Há dificuldade. Acho que o depoimento do Deputado é essencial para o esclarecimento dos fatos. Mas, numa sessão pública, o sigilo da documentação essencial que veio do Supremo inviabiliza. A alternativa seria, talvez, uma sessão reservada, para que pudéssemos, aí, sim, inquirir certos aspectos da prova que nos foi encaminhada.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Da minha parte, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deixem-me esclarecer o seguinte: esse sigilo foi decretado pelo Supremo, não foi decretado por esta Corte. Se o Conselho de Ética, por maioria, optar por uma reunião sigilosa entre os pares e o Deputado Paulinho, este Presidente acolherá. O problema é a própria imprensa, que vai espalhar manchetes de que nós estamos a 4 paredes.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Da minha parte, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não, Paulinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu não tenho nenhum problema de responder a toda e qualquer pergunta. Eu abro mão do sigilo aqui. Meu advogado inclusive me comunica que nós não faremos nenhuma restrição a que V.Exas. usem o relatório do Supremo e perguntem tudo o que tiverem de perguntar. Estou aqui para responder.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Eu sei, Deputado, mas há decisão judicial. Não é o caso de V.Exa. abrir mão do sigilo. Nós estamos comprometidos com o sigilo. O sigilo foi transferido, e a responsabilidade ficou com o Conselho de Ética, com a Presidência, com o Relator e com os demais integrantes.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Deputado, quem pode talvez reclamar do sigilo sou eu. Como eu não vou reclamar, pode perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Não, não, não. A decisão é judicial.

O próximo inscrito é o Deputado Efraim Morais.



O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Mas eu queria responder aqui.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Os 37.500...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Presidente, eu estou inscrita como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Ah, pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Mas eu quero responder antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Paulinho, por favor.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Deputado Pauletti, os 37 mil reais se referem ao seguinte — vou até ler aqui porque acho que fica mais fácil para esclarecer:

“Saibam quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos 18 dias do mês de março do ano de 2004, nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, em meu tabelião, perante a mim, 24º tabelião de notas da capital...”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Só um pouquinho, Paulinho. Eu vou pedir silêncio para as pessoas que aqui estão, porque está havendo uma leitura por parte do Deputado Paulinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Compareceu como outorgante João Pedro de Moura.

Só para não ler tudo, para ganhar tempo, vou para o final. Então, pelo outorgante foi dito que:

“Por este público instrumento — e nós, outorgante —, foi dito que, nos melhores termos do Direito, nomeia e constitui sua bastante Procuradora Elza de Fátima Costa Pereira — minha mulher e Presidente do Centro Meu Guri —, portadora da cédula de identidade (...) a que confere todos os poderes necessários para fim único de vender a



quem convier, pelo preço e condições que ajustar, sendo o produto advindo da venda revertida ao Centro de Atendimento Biopsicossocial Meu Guri, o apartamento localizado no 9º andar do Edifício Monte Paraíso, situado nesta Capital, na Rua Dr. Nicolau de Souza Queiroz, nº 760, Jardim Aclimação, registrado no ofício...”

Não vou ler o resto de novo.

Então, está aqui um termo de doação de um apartamento pequeno localizado na Estação Ana Rosa. Esse apartamento foi doado para o Centro Meu Guri, para vender. Como não foi vendido, esse apartamento acumulou uma série de dívidas de impostos e multas, condomínios, enfim. E chegou um momento em que a minha esposa disse: *“Olha, eu não vou ficar mais com esse apartamento; vou devolver ao João e ele se vira com esse negócio, porque eu não preciso mais disso aqui.”* Só que ela não podia simplesmente dar o apartamento de volta para a pessoa, porque o apartamento não era mais dela, esse apartamento era das crianças. Aí, ela pediu para que ele pagasse uma parte do apartamento. E os 37 mil são referentes ao restante, porque o apartamento deve custar em torno de 80mil reais e tinha lá acumulado uma série de dívidas. Os 37 mil reais eram exatamente para pagar essa parte, então, do apartamento, e esse cheque... Foi feito — também a imprensa publicou diferente — um TED direto na conta do Meu Guri. E para ficar mais claro, a primeira coisa que nós fizemos — e também fizemos questão de entregar para V.Exas. — foi abrir o sigilo bancário da ONG. Não é que o Ministério Público ou que a Justiça Federal abriu agora. Nós demos, no primeiro dia em que saiu essa notícia, esse sigilo bancário. Não quebraram porque não quiseram, mas nós já liberamos desde o primeiro dia o sigilo bancário e fiscal da ONG Meu Guri.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - Eu estou satisfeito.

Meus cumprimentos, Deputado Paulinho. Espero que a gente consiga...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Esclarecer.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR RUY PAULETTI - ...dizer que o senhor não só é correto como vai aparecer que correto.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Eu quero passar a palavra, primeiro, ao Relator, que me pede aqui. Depois, como Líder, passo-a à Deputada Luciana Genro por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Apenas a título de esclarecimento, o senhor disse que o apartamento valia 80 mil.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Cerca disso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Cerca de 80 mil. Quer dizer, não vendeu o apartamento e recebeu 37. Quer dizer, a ONG deixou de receber recurso. Não deu para entender.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, é que tinha acumulado dívidas, e essas dívidas ele vai pagar — dívidas de condomínio, dívidas de impostos. O apartamento ficou lá desde 84 paralisado — 4 anos, desde de 2004 —, e como o Meu Guri não pagou essas dívidas, acumulou uma quantidade de dívida. E para, então, suprir essa parte que o Meu Guri sairia perdendo, ele depositou um TED de 37.500 reais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Ele não teve interesse nessa venda anterior?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não conseguiu vender, porque o apartamento é pequeno, localizado numa parte da cidade. Ninguém teve interesse em comprar, e o que aconteceu foi exatamente isso. E está aqui o termo de doação. Então, esse termo de doação inclusive encontra-se nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputada Lucian Genro, tem V.Exa. a palavra por 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, vou tentar utilizar apenas os 3 minutos, embora regimentalmente eu tenha direito a 5.

Primeiro, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que nós, como autores da representação — o P-SOL é autor da representação, e é nesta condição que eu aqui me encontro —, tivéssemos também acesso à documentação que foi distribuída aos membros do Conselho de Ética, sob sigilo, por determinação do Supremo. Nós também nos propomos a assinar o termo de compromisso com o sigilo. Entendo que o P-SOL, como autor da representação, tem o direito e a obrigação de acompanhar



todo esse processo e de estar aqui presente também fazendo os questionamentos ao Deputado Paulinho.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de um esclarecimento sobre essa doação do BNDES à ONG Meu Guri. O senhor relatou aqui que a ONG Meu Guri recebeu 1 milhão 328 mil reais do BNDES. Eu gostaria de saber quando foi feita essa doação e se o Dr. Tosto ou o Sr. João Pedro Moura eram, já na época, membros do Conselho, se um dos 2 era membro do Conselho do BNDES e que tipo de influência eles tiveram dentro do banco para conseguir a liberação dessa doação. Porque eu imagino, pelo menos, que não é qualquer ONG que consegue uma doação do BNDES de 1 milhão 328 mil reais — uma doação bastante significativa. Então, que tipo de procedimento, que tipo de processo foi feito junto ao BNDES por parte da ONG para conseguir uma doação de tal monta?

Gostaria também de saber sobre essa relação entre o Sr. Heleno Bezerra, que, pelas informações da Polícia Federal, teria recebido, teria sido encontrado com ele o cheque de 82 mil reais. Com o Marcos Mantovani foi encontrado o canhoto do cheque destinado ao Heleno José Bezerra. O senhor diz que não tem nada a ver com isso. No entanto, ele é o Vice-Presidente da Força e Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e a tesoureira do Sindicato seria a sua esposa, Elza Pereira. Ou estou equivocada?

Se a sua esposa é a tesoureira do sindicato que é presidido pelo Sr. Heleno, que recebeu os 82 mil reais, então, há um fio condutor de relação entre o senhor e esses recursos que chegaram, em tese, à ONG Luta e Solidariedade, dirigida pelo Sr. Heleno Bezerra.

O senhor diz que o cheque de 37 mil reais foi para pagar dívidas do imóvel. Eu não entendi, talvez eu tenha me equivocado na compreensão da sua explicação. Mas, pelo que entendi, o Sr. João Pedro doou o apartamento para a ONG e depois pagou as dívidas do apartamento também.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - É isso que a senhora entendeu.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Eu gostaria que o senhor nos explicasse o tamanho da generosidade do Sr. João Pedro Moura com a ONG, já que



ele, além de doar o apartamento, ainda se propôs a pagar as dívidas sem que fosse o apartamento vendido.

Eu gostaria também que o senhor esclarecesse o que quis dizer naquela conversa, gravada pela Polícia Federal, que vai “mexer os pauzinhos” para convocar o Ministro Tarso a dar explicações no Congresso a respeito da prisão do Dr. Ricardo Tosto. O que o senhor quer dizer com “mexer os pauzinhos” e o que o levou a se propor a fazer isso para ajudar o Dr. Ricardo Tosto, que estava preso e, portanto, envolvido em irregularidades? O senhor prontamente se dispôs a “mexer pauzinhos” para convocar um Ministro a explicar por que o Dr. Ricardo Tosco estaria sendo preso.

Por fim, também, eu gostaria que o senhor esclarecesse: na sua fala introdutória, o senhor disse que a Força não recebe recursos do Governo; depois, o senhor disse que há uma parceria da Força com o Governo do Estado de São Paulo para o restaurante de 1 real. Então, a Força recebe algum tipo de recurso? Como é que se dá essa parceria?

Também, em relação à ONG Meu Guri: ela recebe algum tipo de recurso público de emendas parlamentares ou outro tipo de recurso público, além desse empréstimo do BNDES?

Finalizo, então, Presidente, insistindo que a nossa participação nesse processo fica por demais prejudicada pela falta de acesso a essa documentação sigilosa do Supremo Tribunal Federal.

Então, insisto com V.Exa. para dar acesso a esta Deputada, como representante do PSOL, que foi o autor da representação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputada Luciana, eu vou consultar, regimentalmente, como é. A senhora ocupou seis minutos e meio.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Obrigada pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Então, passo a palavra ao Deputado Paulinho.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Bom, eu já respondi aqui a boa parte do que a Deputada me pergunta. Sobre a doação do BNDES, eu já falei um pouco, mas posso, se o Presidente quiser, repetir. A doação do BNDES foi feita



por volta.. Começou a liberação dos recursos em 2001, exatamente, quando começou a construção do projeto Meu Guri, na Serra da Cantareira. Essa doação foi feita, provavelmente, não só para o Meu Guri. Com certeza, o “S” do BNDES deve ter patrocinado ou ajudado outras organizações. No nosso caso, a construção custou mais de 4 milhões de reais. Nós tivemos que fazer rifas, *shows*, bingos e outras doações de empresas e de trabalhadores para terminar a construção. A construção está lá terminada. Do dinheiro que o BNDES nos deu, foi prestada conta — e foi aprovada pelo BNDES. Portanto, não tem nenhuma irregularidade nessa doação.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - O Tosto ou o João Pedro eram Conselheiros nessa época?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu vou responder se a senhora tiver paciência.

Eu dei as datas de quando o João Pedro entrou — parece que no mês 6 de 2002, que ele entrou no Conselho do BNDES e saiu no dia 1º de agosto de 2007, data em que foi nomeado o Dr. Ricardo Tosto. Portanto, os 2 não eram Conselheiros do BNDES.

A relação do Heleno: tem alguma desinformação, Deputada. O Heleno não recebeu nenhum cheque, até porque ele não preside essa ONG. Essa ONG é presidida por outra pessoa; o Heleno é Presidente dos Metalúrgicos de São Paulo e da Confederação dos Metalúrgicos. Não foi encontrado nenhum cheque com o Heleno. Se foi encontrado cheque, foi com outras pessoas; com o Heleno, não foi.

Portanto, quero reafirmar aqui que o Heleno não tem nenhuma relação com isso.

Quanto à tesoureira do sindicato ser a minha mulher, também não tem nem esse... Eu não consigo ver esse fio condutor comigo, na medida em que o Heleno não recebeu recurso, que o cheque não foi parar na mão do Heleno e muito menos da minha mulher, que é tesoureira do sindicato.

Os 37 mil reais, repetindo, foram para reverter a doação. Na medida em que foi feita uma doação para um projeto, para uma instituição, não cabe à pessoa, ao Presidente ou ao diretor dessa ONG, devolver simplesmente esse imóvel ou essa doação em prejuízo da ONG. Portanto, a reversão dos 37 mil reais foi para pagar de



volta o apartamento. Por isso ele pegou o apartamento de volta; foi uma reversão da doação.

O que eu quis dizer...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Pagou para receber de volta?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Exatamente; pagou para receber de volta, até porque a ONG não é... Aliás, o apartamento não era mais da minha mulher, era da ONG; se ela fizesse o contrário, seria irregular.

Com relação à ligação, eu queria, primeiro, colocar o tempo nisso. A ligação foi feita ao Ricardo Tosto depois que ele saiu da prisão. Liguei exatamente para prestar solidariedade e inclusive colocar um pouco da minha indignação pela invasão do Congresso. Foi a primeira vez, pelo menos que eu tenho conhecimento, que o Congresso foi invadido. Acordei de manhã com os jornais estampados com fotografias — é, o meu foi só foto, agora, já estão vasculhando gabinetes, daqui a pouco tem Deputado preso, mas tudo bem. Então, está aqui. Acordei de manhã com essas fotos e fiz uma ligação, primeiro, de solidariedade a um companheiro que estava preso, que tinha saído da prisão e disse para ele... Olha, o “mexer os pauzinhos”... Quis dizer o seguinte: vou falar com quem? Falar com a pessoa mais alta da Casa. Até em respeito a esta Casa, eu quero saber se isso aqui é normal; se for normal, está tudo bem. Acho que não é normal — e acho que a grande maioria dos Deputados desta Casa não concorda com isso. Porque as fotografias foram feitas irregularmente. Na invasão de alguns gabinetes, agora, até tinha autorização da Justiça. No meu caso, não tinha. Fotografaram aqui dentro sem autorização, inclusive do Presidente da Casa — pelo menos, foi o que ele me disse.

Então, fiz isso. E o que eu fiz mais? Liguei para o Ministro da Justiça, que soltou a seguinte nota, naquele dia:

“Com relação às matérias veiculadas no dia 28, envolvendo os Deputados Paulo Pereira da Silva e Henrique Eduardo Alves, o Ministro Tarso Genro informa que recebeu uma ligação do Deputado Paulo Pereira da Silva, na manhã dessa segunda-feira; ao retornar a ligação, o Ministro informou que a Polícia Federal não está investigando nenhum Deputado no inquérito



mencionado na matéria.
Para fazê-lo, necessitaria de determinação do Supremo Tribunal Federal.

Tais esclarecimentos já haviam sido prestados também ao Deputado Eduardo Alves. As informações veiculadas pela imprensa — afirmou o Ministro da Justiça — são de inteira responsabilidade dos veículos que a estão divulgando.

O Ministro da Justiça pediu informações ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Luís Fernando Correia, e aguarda a resposta a respeito da regularidade da divulgação de elementos do referido inquérito estampado nos jornais de hoje.

Ministro Tarso Genro”.

O que eu fiz foi exatamente isso. Como Deputado, simplesmente, e como cidadão, perguntar ao Presidente da Casa se era normal e perguntar ao Ministro da Justiça se isso tinha autorização para ser feito. E o Ministro soltou essa nota, não só com relação a mim, como também com relação ao Deputado Eduardo Alves, que também foi fotografado dentro da Casa.

Falta uma ainda aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Deixe-me ver aqui qual era.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - O restaurante de 1 real é uma parceria apenas de cessão do nome, até porque, para fazer a parceria com o Governo do Estado, é necessário que seja uma ONG, não pode ser instituição sindical. Então, é a cessão do nome, do Meu Guri, para que 2.500 pessoas possam comer a 1 real todos os dias.

A Meu Guri não recebeu... O único recurso público da Meu Guri, vou repetir isso, foi esse 1 milhão 328 mil e 900 — qualquer coisa assim — há 7 anos. Recebeu, prestou conta, e foram aprovadas as contas. De lá para cá, não tem um centavo de



recursos públicos. Meu Guri é mantida com recursos de empresários e de cerca de 30 a 40 mil trabalhadores que doam 50 centavos por mês.

Emenda Parlamentar, Deputada, nós não podemos fazer para ONGs em que há parente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Agradeço à Deputada Luciana Genro.

Próximo inscrito, Deputado Efraim Filho. V.Exa. dispõe de dez minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu os utilizarei, Sr. Presidente.

Sr. Relator, Sr. Deputado Paulo Pereira da Silva, inicialmente, apenas para poder sanar uma dúvida.

Sr. Relator, no Requerimento nº 005, de sua autoria, na letra “f”, V.Exa. se reporta a doações efetuadas para o BNDES. Ou seria pelo BNDES? Requerimento nº 005, de sua autoria — apenas para sanar essa dúvida, porque muda o contexto inclusive das perguntas que pretendemos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - A pergunta é para o Relator?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É para sanar uma dúvida, porque no requerimento que recebemos de S.Exa...

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Não. Esse é um questionamento para o BNDES nos responder. Alguma dúvida?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não, é um questionamento para o BNDES, mas V.Exa. fala de doações efetuadas para o BNDES. e aqui acho que não é o caso. Se for, gostaríamos de saber, porque até agora não temos informações. Isso é impossível, logicamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Tem razão. Evidentemente não pode ser para o BNDES, é um erro de digitação de última hora — tem razão. Perfeitamente, agradecemos a contribuição a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Sr. Paulo Pereira, diante das explanações que traz, junto com sua defesa, em relação a alguns pontos que me deixam dúvidas. Como o próprio Deputado Biscaia se reportou há pouco, a maior importância dos documentos sigilosos que se



encontram não será nem tanto nessa oitiva, diante da vedação constitucional, mas sim num quadro comparativo — não é, Deputado Paulo Pereira? —, onde poderemos verificar e compartilhar as informações trazidas agora, se têm consonância com os documentos, provas, inclusive que virão a ser produzidas, perícias e oitivas testemunhais.

Então, essa vedação nos traz alguns problemas agora, mas será de extrema utilidade para a comprovação da sua inocência, ou não, conforme os documentos aqui trazidos.

A minha primeira pergunta — e, portanto, vou usar como peça principal a representação da Casa, do Corregedor, nas págs. 5 e 6, um assunto que já foi tratado aqui: o Deputado Inocêncio Oliveira trata a respeito de uma ligação que haveria do Coronel Consani, que prestou serviços e também favores no momento de urgência na investigação da sua filha. Essa ligação teria havido tanto com o Coronel Consani quanto com a sua esposa, Adriana Consani, que teria trazido a ele um alento. Acredito que V.Exa. tem conhecimento. Se não tiver, podemos ler aqui, nas págs. 5 e 6, quando o Corregedor Inocêncio Oliveira afirma que em 25 de abril a Sra. Adriana Consani teria conversado com o Deputado Paulinho Pereira, que teria ligado para ela dizendo que não se preocupasse, pois o Paulinho estava desesperado, mas que Consani ficasse despreocupado, pois ele o tiraria da prisão.

Existiu algum contato nesse dia 24 ou 25, ou com Consani, através de um cunhado seu, ou com Adriana?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu não falei com essa Adriana, e também acho até que já me foi apresentada em algum momento, mas seu eu ver na rua, também não conheço. Nesse dia, não falei com ela e muito menos com o Consani. Depois que o Consani esteve preso, não falei mais com ele. A informação não é verdadeira.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, V.Exa. expressamente afirma que a afirmação contextualizada pelo Deputado Inocêncio Oliveira não ocorreu?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não ocorreu.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Muito bem.

Ainda na mesma representação trazida pelo Corregedor da Casa, à pág. 7, ele afirma, textualmente, que no relatório da Polícia Federal, o João Pedro de Moura



— já diversas vezes explicitado de quem se trata aqui — apresentava a interlocutores cartão de apresentação, no qual se identificava como assessor do seu gabinete. V.Exa. já disse que não era. Mas tem conhecimento desse...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - E o próprio Relator, aliás, o próprio Corregedor mais à frente reconhece que o João Pedro nunca foi funcionário do meu gabinete. E esse cartão, é lógico, é um cartão falsificado.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A minha pergunta é: V.Exa. tem conhecimento da existência desse cartão? Chegou ao seu conhecimento esse cartão de apresentação?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu só o conheci depois que saiu na imprensa.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Só depois que saiu na imprensa. Quer dizer, nunca chegou a tratar, nem ninguém lhe apresentou, nem foi pedida carta de indicação ou de apresentação dele para qualquer...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não. Com certeza, não.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Muito bem.

À pág. 10, ainda da mesma representação, no diálogo a que V.Exa. se reportou agora há pouco, o Ricardo Tosto traz um diálogo de extrema intimidade com V.Exa., fala inclusive sobre organização de desagravo, mobilização do (*ininteligível*), para fazer desagravo, inclusive de um contato com o Presidente Lula, pedindo para dar uma palavrinha de novo em nome dele. Esse contato existiu? Qual era o contato do Ricardo Tosto com V.Exa., assim, nessa intimidade para acesso ao Presidente? Existia isso? Ou foi um momento de devaneio dele?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Sabe-se que o Ricardo Tosto — já falei aqui — é um dos maiores advogados de São Paulo, uma pessoa de grande influência na sociedade brasileira, um dos maiores advogados do País. Nós, das centrais sindicais, temos tido reuniões com o Presidente Lula em várias ocasiões, em várias oportunidades. É lógico que nesse dia o Presidente Lula tinha dado uma declaração com relação às prisões. No meu ponto de vista — e é até isso que está gravado —, eu disse: “*Eu acho que a posição do Presidente foi favorável a você*”, coisa com que ele não concordou. Ele disse: “*Se você tiver oportunidade*” — era nesse sentido — “*fala com ele de novo.*” Esse contato, é lógico que não



aconteceu, até porque acho que não deveria acontecer com o Presidente da República.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Por último, Deputado Paulo Pereira, já foi afirmado aqui que os conselheiros a que nos reportamos e que estão envolvidos na Operação Santa Tereza, da Polícia Federal... O Ricardo Tosto e o João Pedro de Moura não eram conselheiros à época da doação. V.Exa. sabe afirmar quem era o conselheiro da Força Sindical à época da doação realizada ao Meu Guri?

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu não me lembro o nome. Posso depois juntar aqui no processo, mas, neste momento, eu não me lembro quem era o conselheiro, até porque eu tinha assumido a Força Sindical no final de 1999, e essa tinha sido uma indicação feita pelo ex-Presidente da Força Sindical ou pela ex-diretoria da Força Sindical anteriormente.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Portanto, a primeira indicação realizada por V.Exa. foi...

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Minha assessoria está me passando aqui.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito. Gostaríamos de esclarecimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - É Osvaldo Martins Rizzo, que foi indicado lá no início, como relatei aqui, quando o Presidente Fernando Henrique cedeu às 2 centrais sindicais — Força Sindical e CUT — a vaga de conselheiro no BNDES.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, é importante esse fato. Ele não foi indicado por V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Não, não foi.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, diante da escassez de informações que podemos utilizar no momento, agradeço pelo uso da palavra. Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Obrigado, Deputado Efraim Filho.



Nós temos aqui vários inscritos, mas, ao mesmo tempo, já me sinalizam que se iniciou a Ordem do Dia. Regimentalmente, nós teremos que suspender a sessão, sob pena de tudo aquilo que acontecer no prazo ficar invalidado.

Consulto os pares: voltaremos para cá logo após o término da sessão — e eu suspendo neste momento — ou voltaremos amanhã, na parte da manhã?

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - ...em função da abertura da Ordem do Dia — e não sabemos a que horas isso vai terminar; pode terminar rápido ou se prolongar, como tem sido rotina aqui em alguns dias nesta Casa —, sugiro a V.Exa. que marque para amanhã, num horário em que todos possam estar aqui para que a produção do trabalho seja melhor — às 9h da manhã.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Excelência, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Quero agradecer a V.Exa. a deferência conosco. No entanto, a decisão de termos outra sessão ou não, na continuidade desta, é de V.Exa., e nós estamos aqui para cumprir as suas decisões. Portanto, a sugestão feita pelo colega pode ser atendida.

Como sugestão, nós estamos aqui para fazê-la.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pois não.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Para colaborar também: a ordem das inscrições que estão aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Será mantida.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - ... será mantida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Convoco reunião para amanhã, às 9h, em plenário a ser definido.

Está encerrada a presente sessão.